



UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADM. E SOCIOECONÔMICAS - ESAG

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC



Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Administração Pública I		
Código: 42ADMP1	Carga horária: 72	Período letivo: 2019/1
Professor: PAULA CHIES SCHOMMER		Contato: paulacs3@gmail.com

Ementa

Modelos de gestão pública: patrimonialista, burocrático, gerencialista e a coprodução. Administração pública no Brasil: estrutura da administração direta e indireta. As reformas na administração pública brasileira e suas estratégias. Noção de serviço público: caracterização, tipologia e significado. Gerenciamento dos serviços públicos: funções administrativas. Planejamento, organização, liderança, controle. Tipos de serviços públicos e suas peculiaridades.

Objetivo geral

GERAL: compreender a relação entre modelos de administração pública, a estruturação do serviço público e as diferentes formas de provisão de serviços públicos na atualidade.

Objetivo específico

ESPECÍFICOS:

- Identificar características do contexto contemporâneo, os principais desafios públicos e sua relação com modelos organizacionais e a atuação do gestor público.
- Conhecer características dos principais modelos de administração pública, suas interfaces e delimitações.
- Conhecer diferentes estruturas de serviço público e os processos de gestão associados a elas.
- Identificar particularidades dos diferentes tipos de serviços públicos e os modelos, processos e instrumentos para sua provisão.
- Conhecer e sistematizar aprendizagens sobre potenciais e limites das reformas e inovações no setor público.
- Explorar experiências contemporâneas para o design e a implementação de serviços públicos.

Conteúdo programático

- Contexto contemporâneo, modelos de administração pública e a atuação do gestor público
 - 1.1 Tendências, inovações, limites e desafios contemporâneos da administração pública e da provisão de serviços públicos
 - 1.2 Modelos de administração pública, serviço público e provisão de serviços públicos
 - 1.3 Serviço público e os campos de atuação do gestor público
 - 1.4 Combinações, hibridismos e dilemas da administração pública na atualidade

- Reforma e inovação no setor público
 - 2.1 As reformas do Estado e da administração pública no Brasil: histórico, avanços, limites e perspectivas
 - 2.2 Reforma e/ou inovação no setor público? Diferentes abordagens, experiências e tendências
 - 2.3 Falhas, obstáculos e limites das reformas e inovações
 - 2.4 Reformas em pauta no Brasil

- Serviços Públicos
 - 3.1 As particularidades dos setores de bens e serviços públicos no Brasil - estrutura, legislação, funções de órgãos e esferas de poder, perfil profissional, financiamento, relações com mercado e cidadania, principais programas e políticas, sistemas de monitoramento e avaliação de processos e resultados
 - 3.2 As funções gerenciais e o serviço público - design/planejamento; estruturas e processos organizacionais e interorganizacionais; profissionais, gerenciamento e liderança; articulação e coordenação de grupos de trabalho, redes



Plano de Ensino

intersetoriais e interorganizacionais e engajamento cidadão; controle, monitoramento e avaliação: desempenho e responsividade.
3.3 Governança de empresas públicas, governança intermunicipal e metropolitana, governança interfederativa.
3.4 Capacidades estatais, arranjos institucionais e a implementação de políticas e serviços públicos
3.5 Permanências e inovações na provisão de serviços públicos: experiências nacionais e internacionais.

Prova Individual I

Prova Individual II

Preparação e apresentação de tema/setor em grupos, incluindo promoção de debate e síntese, conforme roteiro específico.

Metodologia

PRINCÍPIOS

- Construção coletiva do conhecimento
- Engajamento de todos para a aprendizagem - estudantes, professores, convidados, parceiros
- Compromisso com os acordos e possibilidade de alterá-los mediante negociação coletiva

POSSÍVEIS MEIOS DE INTERAÇÃO E CONSTRUÇÃO

- Pesquisas individuais e em grupo sobre iniciativas e referenciais relativos aos temas da disciplina.
- Exposição e debates em sala de aula, a partir da leitura de textos e pesquisa de exemplos, envolvendo: Professora / Estudantes / Doutorando / Convidados
- Trabalhos individuais e em pequenos grupos
- Resposta às questões de cada unidade/texto
- Atividades extraclasse
- Trabalho de pesquisa - referenciais teóricos e práticos e apresentações em aula
- Análise e interpretação de textos e artigos
- Contribuições espontâneas para construção da disciplina
- Textos, sites, imagens, filmes, vídeos, webinars, músicas, teatro
- Possíveis visitas a organizações
- Discussão de casos e exemplos

Sistema de avaliação

- Prova Individual I: 30% (Aula 8)
- Prova Individual II: 40% (Aula 17)
- Preparação e apresentação tema/setor + debate + síntese: 30% (conforme roteiro específico)

Bibliografia básica

ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasil: IPEA, Enap, 2018. Cap. 1. Pgs. 23-57.
http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3247/1/livro_Burocracia%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20no%20Brasil%20-%20interse%C3%A7%C3%B5es%20anal%C3%ADticas.pdf
BRESEER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração burocrática à gerencial. Revista do Serviço Público, v. 120, n. 1, Jan-Abr, 1996, pp. 07-40.
http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3247/1/livro_Burocracia%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20no%20Brasil%20-%20interse%C3%A7%C3%B5es%20anal%C3%ADticas.pdf
BRESEER PEREIRA, Luiz Carlos, SPINK, Peter (org.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998



Plano de Ensino

CAMPANTE, Rubens Gayatá. O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, n.1, 2003, pp.153 a 193.

CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela S.; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasil: IPEA, Enap, 2018. Cap. 2. Pgs. 59-83.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. Revista de Administração Pública, v.42, n.5, p.829-874, out. 2008.

COSTIN, Claudia. Administração pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. Tradução de 6ª edição norte-americana por Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

FERLIE, E. et alii. A nova administração pública em ação. Brasília: Edunb; ENAP, 1999. Cap. 1, p.13- 34.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 7(3), 295-309.2015.

GRAHAM JR, C. B.; HAYS, S. W. Para administrar a organização pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GOMIDE, Alexandre de A.; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de A.; PIRES, Roberto Rocha C. (edit.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília, IPEA, 2014 (pgs. 15-28)

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia. Francisco Gaetani. In: SEMINÁRIO SOBRE A AGENDA CONTEMPORÂNEA DA GESTÃO PÚBLICA E SEUS DESAFIOS, 14 set. 2011.

KEINERT, Tânia M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo, Annablume, 2000.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, pp. 479-99, 2006.

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

RESENDE, Flavio da Cunha. Por que reformas administrativas falham? Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 17, n. 50, 123-84, out 2002.

SALM, José. F.; MENEGASSO, Maria Ester. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, p. 97-120, set/dez 2009. Disponível em /goo.gl/7S7W>.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à gestão pública. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública. V. 43, n.2, Mar/Abr, 2009, pp. 347-369.

SPINK, Peter. Inovação na perspectiva dos inovadores: a experiência do Programa Gestão Pública e Cidadania. Cadernos EBAPE, v. 1, nr. 2 dec 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512003000200002>

Bibliografia complementar

ABRUCIO, Fernando L.; FILLIPPIM, Eliane S.; DIEGUEZ, Rodrigo C.; Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) na construção de consórcios públicos. Revista da Administração Pública, v. 47, n. 6, 1543-568, Nov./Dez 2013.

ABRUCIO, Fernando L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa, p. 67-86, 1967-2007.

ABRUCIO, Fernando L. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. Desigualdade & diversidade (PUCRJ), n. 11, p. 119-142, dez. 2011.

AGE, Luiza Moritz; SCHOMMER, Paula Chies. Coprodução de Serviço de Vigilância Sanitária: Certificação e Classificação de Restaurantes. RAC, Revista de Administração Contemporânea. Artigos Tecnológicos. Rio de Janeiro, ahead of print, Março 2017. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/ahead_63.pdf

AGRANOFF, Robert. Inside Collaborative Networks: Ten Lessons for Public Managers. Public Administration Review. Special Issue, dez. 2006.

AGRANOFF, Robert. Reconstructing Bureaucracy for service: innovation in the governance era. In: ANSELL, C. & TORFING, J. Public Innovation through Collaboration and Design. Oxon and New York: Routledge, 2014. (Routledge Critical Studies in Public Management) (pgs. 41-69).

ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. Cadernos EBAPE.BR, v. 10, nº 1, artigo 1, pgs. 13-19, Rio de Janeiro, Mar. 2012.

BEHN, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. Revista do Serviço Público, 49 (4), pgs. 5-45, Out-Dez, 1998. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2712



Plano de Ensino

- BEVIR, Mark. Key concepts in governance. Sage Publications, 2009.
- BOVAIRD, Tony; LOEFFLER, Elke. Public management & governance. 3rd edition. Routledge, 2016.
- BOVAIRD, Tony. Community democratic governance: evidence synthesis and advice. Briefing note for Welsh Government. Inlogov. University of Birmingham. 2014. <http://gov.wales/docs/caecd/research/2014/141218-community-democratic-governance-evidence-synthesis-advice-en.pdf>
- BRANDSEN, T., & HONINGH, M. (2015). Distinguishing Different Types of Coproduction: a Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions. Public Administration Review. Vol. 76, Iss. 3, pp. 427-435. DOI: 10.1111/puar.12465.
- BRANDSEN, T.; PESTOFF V. Co-production, the third sector and the delivery of public services - An introduction. Public Management Review. Vol. 8 Issue 4, pp. 493-501, 2006.
- CARNEIRO, José Mario Brasiense; DANTAS, Humberto. Parceria social público-privada: sociedade civil, empresa, governo - textos de referência. São Paulo: Oficina Municipal, 2013.
- CARNEIRO, José Mario Brasiense; FREY, Klaus. (org.). Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável: experiências do Brasil e da Alemanha. São Paulo: Oficina Municipal, 2018.
- https://oficinamunicipal.org.br/uploads/attachments/libraryitem/34/Governan%C3%A7a_Multinivel_-_Miolo.pdf
- CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma M. G. Gestão pública no Século XXI - as reformas pendentes. 1686 Texto para discussão IPEA, Brasília, IPEA, dezembro de 2011.
- http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1686.pdf
- CASTOR, B. V. J. Em busca do Santo Graal: por que as reformas administrativas não dão certo? In: CASTOR, B. V. J. O Brasil não é para amadores. Curitiba: EBEL/IBPQ-PR, 2000. p. 129-152.
- CASTOR, B. V. J.; JOSÉ, H. A. A. Reforma e contra-reforma: a perversa dinâmica da administração pública brasileira. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 6, p. 97-111, nov./dez. 1998.
- CAVALCANTE, Pedro. CAMOES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. (org.) Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: Enap: Ipea, 2017. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2989/1/171002_inovacao_no_setor_publico.pdf
- CAVALCANTE, Pedro. Innovations in the Federal Government During the Post-new Public Management Era Inovações no Governo Federal Durante a Era pós Nova Gestão Pública - Pedro Cavalcante - RAC, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, art. 4, pp. 885-902, novembro/dezembro <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170391>
- DENEULIN, S.; TOWNSEND, N. Public goods, global public goods and the common good. International Journal of Social Economics, 34 (1/2), P. 19-36, 2007.
- DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. The New Public Service: Serving, not Steering. New York: M.E.Sharpe, 2003.
- DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Jane Vinzant. The New Public Service: Serving Rather than steering. Public Administration Review. Washington: 60 (6), 549-559, Nov./Dec. 2000.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de Administração Pública, v.35, Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 199-144.
- FONTOURA, Leandro H. Reformas à esquerda: a administração pública gerencial em prefeituras petistas. Fórum Perspectivas Práticas. Revista de Administração Pública, 52(5), 986-996, 2018. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/76979/73765>
- GAETANI, Francisco. O ensino de administração pública no Brasil em um momento de inflexão. Revista do Serviço Público, v. 50, n. 4, p. 92-120, out/dez, 1999.
- GARCIA, Leandro Pereira. Governança para emancipação: uma proposta para o enfrentamento intersetorial de iniquidades. Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: http://www.tede.udesc.br/tde_busca/processaPesquisa.php?processar=Processar
- GIAMBIAGI, Fabio e BARROS, Octavio (orgs.). Brasil pós-crise: agenda para a próxima década. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Inovação no associativismo territorial no Brasil: os Arranjos de Desenvolvimento da Educação. Redes, 22(3): 39-64, 2019. <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10408/pdf>
- GUERZOVICH, F. ; MOSES, M. Learning to open government: findings and reflections on how the Open Government Partnersership is playing out, in practice, in five countries. Global Integrity. Transparency & Accountability Initiative, 2016. <http://www.globalintegrity.org/wp-content/uploads/2016/06/Learning-to-Open-Government-full.pdf>
- <http://www.globalintegrity.org/wp-content/uploads/2016/06/Learning-to-Open-Government-full.pdf>
- GUERZOVICH, Florencia; SCHOMMER, Paula Chies. Em tempos de crise, quais tipos de pontes estamos construindo ou destruindo nos municípios brasileiros? Estadão. Blog Gestão Política e Sociedade. 11 de Setembro de 2017. <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/em-tempos-de-crise-quais-tipos-de-pontes-estamos-construindo-ou-destruindo-nos-municipios-brasileiros/>
- HENRIKSEN, L.S., SMITH S. T., & ZIMMER, A. (2015). Welfare mix and hybridity. Flexible adjustments to changed environments. Introduction to the special issue. Voluntas, 26: 1591-1600.
- SCHOMMER, P. C.; GUERZOVICH, F. Histórias por trás da história: do combate à corrupção à coprodução do controle nos municípios brasileiros. O Estadão. Blog Gestão, Política & Sociedade. 02 Dez. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/historias-por-tras-da-historia-do-combate-a-corrupcao-a-coproducao-do-controle-nos-municipios-brasileiros/>
- KETTL, Donald F. The global public management revolution: a report on the transformation of governance. The Brookings Institution, Washington, 2000.



Plano de Ensino

OLSEN, J. P. Maybe it is time to rediscover democracy. Journal of Public Administration Research and Theory, 16, 1-24, 20015.

doi:10.1093/jopart/mui027

OSBORNE, Stephen. P. The new public governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance. Oxon and New York: Routledge, 2010. (Introduction: The (New) Pub

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015 - CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

- I - problema de saúde do aluno ou parente de 1º grau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
 - II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
 - III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
 - IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o óbito;
 - V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
 - VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
 - VII - direitos outorgados por lei;
 - VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
 - IX ? convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
 - X ? convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato.
- Parágrafo único - O requerimento deverá explicitar a razão que impediu o acadêmico de realizar a avaliação.